

# Confianza Securitizadora S.A.

(Nova denominação social da Pátria  
Companhia Securitizadora de Créditos  
Imobiliários)

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, conjuntos 101, 201, 301 e 401,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Confianza Securitizadora S.A.

(nova denominação da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Confianza Securitizadora S.A. (nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Confianza Securitizadora S.A. (nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Eduardo Tomazelli Remedi  
Contador CRC 1SP-2599115/O-0

## Confianza Securitizadora S.A.

(Nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVOS	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40	49	Fornecedores	7	27	6
Outros créditos	5	-	29	Obrigações tributárias		1	1
Total dos ativos circulantes		<u>40</u>	<u>78</u>	Total dos passivos circulantes		<u>28</u>	<u>7</u>
				NÃO CIRCULANTES			
				Adiantamento para futuro aumento de capital		<u>102</u>	<u>35</u>
NÃO CIRCULANTES				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Impostos a recuperar	6	<u>8</u>	<u>7</u>	Capital social	11	2.355	1.855
Total dos ativos não circulantes		8	7	Capital a integralizar		(227)	-
				Reserva de lucros		1	1
				Prejuízos acumulados		(2.211)	(1.813)
				Total do patrimônio líquido		<u>(82)</u>	<u>43</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>48</u></u>	<u><u>85</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>48</u></u>	<u><u>85</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Confianza Securitizadora S.A.

(Nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	9	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	10	(395)	(416)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(395)</u>	<u>(416)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(4)	(6)
Variação monetária		<u>-</u>	<u>-</u>
		(4)	(6)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
Outras receitas e despesas não operacionais		<u>-</u>	<u>1</u>
		-	1
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(399)</u>	<u>(421)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(399)</u>	<u>(421)</u>
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		<u>(0,169)</u>	<u>(0,227)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Confianza Securitizadora S.A.**

(Nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

*(Em milhares de Reais - R\$)*

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(399)	(421)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<u><u>(399)</u></u>	<u><u>(421)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Confianza Securitizadora S.A.

(Nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
		Integralizado	A integralizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>1.555</u>	<u>(135)</u>	<u>1</u>	<u>(1.392)</u>	<u>29</u>
Aumento de capital	11	300	(300)	-	-	-
Integralização de capital		-	435	-	-	435
Prejuízo do exercício		-	-	-	(421)	(421)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	11	<u>1.855</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(1.813)</u>	<u>43</u>
Aumento de capital		500	(227)	-	-	273
Prejuízo do exercício		-	-	-	(399)	(399)
SALDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2021	11	<u>2.355</u>	<u>(227)</u>	<u>1</u>	<u>(2.212)</u>	<u>(83)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Confianza Securitizadora S.A.

(Nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(399)	(421)
Varição nos ativos e obrigações:		
(Aumento) Redução Outros Créditos	29	13
(Aumento) Redução Impostos a recuperar	-	2
Aumento (Redução) Fornecedores	21	1
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais	<u>(349)</u>	<u>(405)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimento pela integralização de capital	340	435
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>340</u>	<u>435</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(9)</u>	<u>30</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49	19
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40	49
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(9)</u>	<u>30</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Confianza Securitizadora S.A.

(Nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA	-	-
NÃO OPERACIONAIS		
Outras receitas não operacionais	-	1
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(395)	(416)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(395)</u>	<u>(415)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Despesas financeiras	(4)	(6)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(399)</u>	<u>(421)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Prejuízo do exercício	(399)	(421)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Confianza Securitizadora S.A. (nova denominação social da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.) (“Securitizadora” ou “Companhia”) foi constituída em 26 de maio de 1998, e em 12 de julho de 2021 ocorreu a transferência das ações da Companhia para um novo controlador, e passou a pertencer ao Grupo RTSC, que pretende seguir com a utilização da estrutura já existente. Nesta data, ocorreu além da alteração da denominação social, a alteração do endereço da sede social da Companhia, renúncia dos antigos membros da administração e eleição dos novos membros do Conselho de Administração. Atualmente a Companhia não encontra-se em operação, entretanto a expectativa da administração é o início da montagem da equipe técnica comece a ocorrer durante o segundo semestre de 2022, com previsão do início da atividade operacional para o último trimestre de 2022 ou primeiro trimestre de 2023. A Companhia será voltada, inicialmente, em estruturar operações relacionadas ao mercado de energia renovável, adicionando maior diversificação ao portfólio da Holding.

A RTSC Administração e Participações Ltda. (Grupo RTSC) é uma sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo/SP e teve o início de suas atividades em 03 de março de 2016.

Constituído no ano de 2016, o Grupo RTSC é uma Holding que atua no mercado financeiro com foco principal no segmento imobiliário e de crédito. De forma a produzir a melhor experiência ao investidor, com elevado padrão de governança e compliance, regras e processos rígidos para cumprimento das regulamentações vigentes, o Grupo RTSC desenvolveu uma esteira de processos, com estrutura verticalizada, para garantir o desempenho das operações e a conclusão dos empreendimentos. Cada iniciativa é conduzida por equipe técnica especializada dedicada, com estrutura totalmente independente. O Grupo RTSC monitora permanentemente suas investidas para garantir que elas cumpram as melhores práticas de governança, buscando sempre atingir os mais elevados níveis de qualidade e exigindo aderência a todas as legislações vigentes nos segmentos em que cada empresa atua.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 28 de março de 2022.

### 2 Base da apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Securitizadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias securitizadoras que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Securitizadora no Brasil.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas informações trimestrais.

### 3 Principais práticas contábeis

#### a. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Securitizadora julgue a determinação e o registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Securitizadora revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

#### b. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### c. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros (exceto por ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retem substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

#### *Passivos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no ano para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, é limitada a 30% do lucro do exercício, sendo a Companhia optante pelo lucro real.

**e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

**f. Prejuízo por ação (básico e diluído)**

O prejuízo por ação básico é calculado por meio dos resultados dos exercícios atribuível aos acionistas pela média ponderada das ações ordinárias em circulação nos respectivos períodos. O resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado por ação básico, por meio da referida média das ações em circulação.

**g. Mudanças nas principais práticas contábeis**

Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1º de janeiro de 2021

<b>Data Efetiva</b>	<b>Novas normas ou alterações</b>
2º de maio de 2022	Resolução CVM N° 60

A companhia avaliou e (não) identificou nos assuntos cima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

**4 Caixa e equivalentes a caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme segue:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>40</u>	<u>49</u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, referem-se às disponibilidades da Securitizadora representadas por depósitos bancários sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com um alto índice de liquidez e que visam atender compromissos de curto prazo.

## 5 Outros créditos

Refere-se a pagamento antecipado de serviços fiduciários junto a empresa GDC Partners, agente fiduciário que controla os pagamentos e informações para os CRIs.

	31/12/2021	31/12/2020
Outros Créditos	-	29

## 6 Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a compensar	3	3
CSLL a compensar	3	3
CSRF retido na fonte	2	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>7</b>

## 7 Fornecedores

	31/12/2021	30/12/2020
Fornecedores	27	6

Os valores acima demonstrados possuem previsão de pagamento em até 30 dias.

## 8 Imposto de renda e contribuição social

A Securitizadora apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social. A Administração, em função de não haver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, não reconhece o ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os benefícios fiscais futuros decorrentes da recuperação dos créditos oriundos dos prejuízos fiscais acumulados que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são de R\$ 2.211 e R\$ 1.390, respectivamente.

## 9 Receita líquida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme destacado na nota explicativa nº 1, a Securitizadora não encontra-se em operação, portanto não recebeu nenhuma taxa de prestação de serviços ou qualquer outra remuneração.

## 10 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de serviços de terceiros	-	(3)
Despesas de serviços técnicos especializados	(240)	(341)
Publicidade e Propaganda	(64)	(59)
Taxas CVM	(39)	-
Taxas de Escrituração/Cetip	(52)	-
Outras despesas	-	(16)
<b>Total</b>	<b>(395)</b>	<b>(416)</b>

## **11 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.355 (R\$ 1.855 em 31 de dezembro de 2020), é representado por 2.354.544 ações ordinárias (1.854.547 ações ordinárias em 31 de dezembro 2020). Em 18 de janeiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado um aumento de R\$ 500, representado pela emissão de 500.000 ações ordinárias, sendo integralizado no trimestre de 30 de junho de 2021, o montante de R\$ 213 (sendo R\$ 143 no 2º trimestre de 2021 e R\$ 70 no 1º trimestre de 2021), equivalente a 213.000 ações ordinárias, restando R\$ 287 a integralizar. Em 07 de julho de 2021 foi integralizado o montante de R\$ 60, restando R\$ 227 a integralizar.

### **Dividendos**

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 4º do referido artigo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício de 2020, não houve proposta de distribuição de dividendos em virtude de a Securitizadora possuir prejuízos acumulados.

## **12 Gerenciamento de riscos**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, devido à natureza de curto prazo, aproxima-se dos valores justos dos instrumentos na data das demonstrações financeiras.

A Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos de crédito, taxa de juros ou financeiro.

### **Análise de sensibilidade - Efeito na variação do valor justo**

Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 2, de 06 de agosto de 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros sujeitos a riscos de juros e moeda/câmbio.

## **13 Ativos e passivos contingentes**

Não há registro de quaisquer demandas judiciais de terceiros contra a Companhia ou dela contra terceiros.

## **14 Outros serviços prestados pelos auditores independentes**

De acordo com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia não contratou outros serviços, no período, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras do Fundo, que não seja o de auditoria externa.

## **15 Outras informações**

Em 1º de agosto de 2018 a Comissão de Valores Mobiliários publicou a Instrução CVM nº 600, a qual trata sobre disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alteração de determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Com isso, o art. 34 da ICVM nº 600 acrescenta à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, no caso de Securitizadoras, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde

que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em 31 de dezembro de 2021, conforme destacado na nota explicativa 1, a Entidade não encontra-se em operação e portanto, não possui operações que se enquadrem como patrimônio separado.

## **16 Eventos subsequentes**

No período subsequente à data de 31 de dezembro de 2021, ocorreram apenas alguns novos aportes para cumprimento frente as despesas administrativas da companhia (que não está em operação). Os recursos são para despesas de prestadores de serviços, como exemplo, contabilidade, assessoria jurídica e auditoria, algumas taxas obrigatórias perante órgão regulador e outras pequenas despesas gerais. Esses aportes somam R\$ 114, efetuado em janeiro de 2022 e não houveram outros eventos subsequentes a serem divulgados.